

COMUNICADO

A Câmara Municipal de Aveiro foi, na manhã de hoje, alvo de buscas, efetuadas pela Polícia Judiciária. O Sr. Presidente disse aos jornalistas que «a Câmara Municipal de Aveiro encara esta visita [da PJ] com total tranquilidade». O Partido Socialista, concelhia de Aveiro, tem quatro vereadores eleitos na Câmara e manifesta a sua preocupação com as mesmas. O Sr. Presidente disse ainda: «Nós estamos aqui há dois meses, portanto, digamos assim, não é nada connosco...».

Caso as buscas estejam relacionadas com a aprovação do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, o Sr. Presidente tem tudo a ver com as elas. Era Presidente da Assembleia Municipal de Aveiro aquando dessa aprovação.

Caso as buscas estejam relacionadas com a revogação do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso, proposta pelo Partido Socialista e inviabilizada, na Assembleia Municipal, pela maioria PSD/CDS, o Sr. Presidente tem tudo a ver com elas. É presidente da Câmara Municipal de Aveiro.

Foi alertado pelo PS para o facto de este Plano de Pormenor pretender, sobretudo, legitimar a viabilização de um projeto privado de hotelaria, desproporcionado face à escala da cidade e incompatível com o carácter urbano, paisagístico e ambiental da frente lagunar. Não se trata de um plano de requalificação urbana, mas de uma operação de licenciamento travestida de plano, concebida para legitimar um investimento privado, ignorando a envolvente, as dinâmicas urbanas e a capacidade de carga da zona.

Foi alertado pelo PS para o facto de não ter sido realizada Avaliação Ambiental Estratégica e de o Ministério Público, no pedido de informação dirigido à autarquia, referir a sua necessidade.

Foi alertado pelo PS para a existência de processos judiciais em curso, nomeadamente um inquérito criminal referido no Mapa de Contencioso da própria autarquia e para os problemas de exequibilidade do projeto que daí poderiam resultar.

Foi alertado pelo PS para o facto de diversas entidades terem emitido pareceres condicionados e reservas institucionais. Nenhuma das entidades consultadas deu parecer favorável incondicional. A APA, que emitiu um primeiro parecer desfavorável, alertou para a ocupação do domínio público marítimo e para a necessidade de compatibilização com o Plano de Gestão de Riscos de Inundação. A ANEPC emitiu parecer favorável condicionado, requerendo correções quanto à segurança e acessibilidade, bem como compatibilização com as normas de proteção civil. A CCDR Centro não se opõe, mas recomenda reflexão sobre o número de pisos e a volumetria do hotel, alertando para os impactos cumulativos e a coerência com a escala da frente lagunar. O Turismo de Portugal também emite parecer favorável condicionado, chamando a atenção para as questões de sustentabilidade, eficiência ambiental e dimensão do empreendimento, recomendando prudência e ponderação face à oferta turística já existente.

Foi alertado pelo PS para o facto de este Plano de Pormenor promover um modelo de urbanismo especulativo que ignora as condicionantes ambientais e patrimoniais, e não responde à estratégia de turismo sustentável de que Aveiro precisa.

O Sr. Presidente está aqui há 2 meses e 8 anos. Com responsabilidades políticas. Todo o processo de aprovação e de não revogação do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso aconteceram sob a sua batuta, primeiro de Presidente da Assembleia Municipal, agora de Presidente da Câmara.

Hoje mostrou que não quer ser responsável pela continuidade da qual se diz herdeiro. A falta de solidariedade, neste momento, com o seu antecessor talvez não surpreenda. A falta de lealdade com os aveirenses revelada na defesa do Plano de Pormenor do Cais do Paraíso é que já surpreende mais. Essa é a lealdade que se lhe exige.

Aveiro, 9 de janeiro de 2025

Paula Urbano Antunes